

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO ESPECIFICO DO

CAMPEONATO NACIONAL DE PESCA AO

ACHIGÃ EM EMBARCAÇÃO

ÁGUA DOCE – 2018

(Revisto em 12 Dezembro de 2017)

ARTº 1 - OBJECTO

O presente regulamento específico estabelece os princípios reguladores do Campeonato Nacional de Pesca ao Achigã de Embarcação – Água Doce, sendo complementado pelo Regulamento Administrativo para a Competição e por um mapa regulador do campeonato, a publicar anualmente, o qual não poderá conter matéria que na sua essência altere ou contrarie as disposições do presente regulamento, consideradas para todos os efeitos como vínculo obrigatório e oficial.

ARTº 2 - CAMPEONATO

§1. Este Campeonato disputa-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição de Lançado ou Spinning que consiste na disciplina praticada com cana e carreto com iscos artificiais ou naturais, que se lançam e recuperam consecutivamente, fazendo-se a ferragem do peixe com os iscos em movimento e da Pesca de Competição de Sentir que consiste na disciplina praticada com cana e carreto, em que a linha estando tensa, permite uma ferragem instantânea pela sensação na cana ou na linha do ataque ao isco.

§2. Este Campeonato disputa-se em seis provas, com a duração de oito horas cada, sendo efetuadas cada duas provas, em dias consecutivos, no mesmo local, devendo ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

- a) Perante más condições climáticas, o Júri pode decidir adiar, atrasar a hora de início da prova, até que as condições estejam reunidas para a sua realização;
- b) Caso a prova veja atrasado o seu início e, a mesma só é válida desde que decorrido pelo menos 2/3 da sua duração total;
- c) Caso a prova não se realize ou realizando-se não atinja a duração mínima, terá que ser efetuada na semana seguinte, no mesmo local, ou caso isto se revele impossível, em data e local a marcar pelo Vice-Presidente da Área de Água Doce da Federação;

§3. Têm direito a participar neste campeonato, os pescadores devidamente filiados, que se juntem em duplas, independentemente de pertencerem ao mesmo clube ou não. Facultativamente quando da inscrição pode ser indicado um suplente. O pescador inscrito como primeiro titular, será o capitão de equipa e será o responsável da mesma perante a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e perante o Júri.

§4. A dupla primeira classificada deste campeonato, será declarada, Campeã Nacional de Pesca ao Achigã de Embarcação.

§5. Este campeonato é composto por um número ilimitado de duplas participantes. Quando atingir o número de quarenta e cinco duplas inscritas, passará no ano seguinte a denominar-se de Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, sendo ainda criado o Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, este terá um limite de trinta duplas, podendo haver mais ou menos, em função do número de duplas que no ano em curso usufruam do estipulado num dos pontos do Artigo 7º do Regulamento Administrativo para a Competição.

§6. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, as dezoito duplas melhores classificadas do Campeonato, conquistam o direito a participar no Campeonato do ano seguinte.

§7. Caso o número de inscritos para o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação não atinga as trinta duplas, a FPPD procederá à repescagem de equipas pela ordem de classificação do Campeonato Nacional do ano anterior para o preenchimento dos lugares em aberto.

§8. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, as duplas classificadas em décima nona e seguintes, até à última do Campeonato, descem ao Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, do ano seguinte.

Único) Se acontecer a exceção estipulada na alínea única do §10 deste Artº, descerão apenas igual número de duplas ao que subirão a este campeonato.

§9. A aquisição do direito referido em §6., é da dupla, pelo que se uma dupla se separar, no ano seguinte, os pescadores que a constituíam, só se podem manter neste Campeonato, juntando-se a outro pescador de outra dupla que se tenha separado e que tenha adquirido o mesmo direito.

§10. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, este será composto por um número ilimitado de duplas participantes e disputado em quatro provas, com a duração de sete horas cada, sendo efetuadas cada duas provas, em dias consecutivos, no mesmo local, devendo ser efetuadas ao fim de semana e/ou feriados.

Único) Sobem ao Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca ao Achigã de Embarcação, as primeiras doze duplas classificadas, exceto se houver menos de vinte duplas inscritas, situação em que subirá metade do número das duplas que terminarem este campeonato.

§11. Se a dupla pretender substituir algum dos titulares por um suplente e o mesmo não tiver sido indicado quando da inscrição inicial, a indicação desse suplente terá que ser fornecida à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, através da respetiva Associação Regional, até cinco dias antes da realização da prova.

§12. Caso durante o Campeonato algum dos pescadores seja substituído pelo suplente, os direitos indicados nos pontos §6. e §7. serão dos dois elementos que maior número de provas tenha efetuado. Caso o número de provas efetuadas seja igual para os três elementos, o direito será adquirido pelos dois pescadores inscritos como titulares.

§13. A substituição referida no ponto §11., só poderá ser efetuada para cada prova e não durante a prova e terá obrigatoriamente que ser comunicada ao Júri pelo capitão da equipa.

§14. A Seleção Nacional será composta de acordo com o estipulado no Regulamento de Seleções Nacionais.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão as respetivas datas e horários de cada prova.

§2. Não é permitido pescar ou navegar na área da prova, nos cinco dias que a antecedem bem como no dia da prova antes do seu início.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§1. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão sénior.

§2. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão de esperanças.

§3. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão de juniores.

ARTº 5 - COMPRIMENTO MÁXIMO DAS CANAS

§1. As canas a utilizar em provas deste campeonato, não poderão ultrapassar as dimensões máximas estipuladas pela FIPS-ed.

§2. O comprimento máximo fica estipulado em duzentos e quarenta e quatro centímetros lineares (oito pés).

ARTº 6 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os locais de pesca em que decorrerá cada prova.

§2. As provas serão disputadas em rios, canais, lagos ou outros locais de águas correntes ou paradas.

§3. Zonas:

- ZONA DE PESCA: A zona de pesca será a definida pela organização, de acordo com o POA da massa de água onde a prova se realizar, caso exista.

- ZONA DE PESCA RESERVADA: Estende-se por sessenta metros na direção em que se desloca a equipa e por vinte metros na direção oposta. Esta zona de proteção é aplicável sempre que as equipas disponham dessa visibilidade e não abrangendo mais do que uma margem, exceto se a distância entre margens for inferior a trinta metros.

§4. Qualquer equipa deve permitir que outras equipas atravessem a sua zona de pesca reservada, se pretenderem somente passar. Essa passagem terá obrigatoriamente que ser efetuada a velocidade reduzida.

§5. Não é permitido pescar na zona de controlo entre o cais e a boia de largada ou em outras zonas interditadas pela organização.

ARTº 7 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva atualizada e válida para todos os locais e datas, em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§3. Pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §2., terá obrigatoriamente que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, email ou correio registado.

§4. O pescador suplente de uma equipa está obrigado à apresentação da licença de pesca desportiva, válida para o local da competição, na prova em que for utilizado.

ARTº 8 – ESPECIES PONTUÁVEIS

§UNICO. Só são válidos os exemplares de achigã (*micropterus salmoides*) com a medida estipulada para cada prova e local no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, sendo medidos da extremidade do focinho, com a boca fechada, à extremidade da cauda na sua posição natural e na máxima extensão.

ARTº 9 – SORTEIO

§1. Só entram no sorteio:

- a) As duplas que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) As duplas que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

§2. A ordem de saída das embarcações será sorteada da seguinte forma:

- a) Na primeira prova do campeonato, as duplas serão distribuídas por sorteio em seis grupos, sendo cada uma ordenada dentro de cada grupo por ordem de saída;
- b) O número de duplas a atribuir a cada um dos seis grupos, será encontrado dividindo o total de inscritos por seis;
- c) As embarcações sairão uma a uma, segundo a chamada efetuada pela organização, nos termos das seguintes alíneas:
 - 1) Na primeira prova, sairão primeiro as duplas do grupo um, por ordem de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo dois, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo seis;
 - 2) Na segunda prova, sairão primeiro as duplas do grupo dois, por ordem invertida de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo três, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo um;
 - 3) Na terceira prova, sairão primeiro as duplas do grupo três, por ordem de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo quatro, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo dois;
 - 4) Na quarta prova, sairão primeiro as duplas do grupo quatro, por ordem invertida de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo cinco, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo três;
 - 5) Na quinta prova, sairão primeiro as duplas do grupo cinco, por ordem de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo seis, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo quatro;
 - 6) Na sexta prova, sairão primeiro as duplas do grupo seis, por ordem invertidas de sorteio e intervalados entre si de quinze segundos, sendo seguidos pelos do grupo um, nas mesmas condições e assim sucessivamente até à última dupla do grupo cinco;
 - 7) As duplas em falta, serão saltadas sem que se altere a estrutura da largada, procedendo-se apenas à anulação dos seus quinze segundos;
 - 8) Dupla que falte à sua chamada, partirá após todas as restantes duplas terem partido.

§3. Sempre que o campeonato seja composto por mais de vinte e quatro duplas, entre a partida dos três primeiros grupos e dos três últimos grupos, haverá um desfasamento de quinze minutos. Haverá o mesmo desfasamento para a chegada.

ARTº 10 - NORMAS SOBRE A EMBARCAÇÃO

§1. Cada dupla deverá dispor de uma embarcação apta a navegar legalmente no plano de água onde se desenrole a prova, que tem obrigatoriamente que possuir no mínimo seguro contra terceiros nos montantes definidos pela Lei. A apresentação da embarcação para cada prova por parte de cada dupla, pressupõe a existência deste seguro.

§2. A potência do motor de explosão, que equipa cada barco, terá que respeitar a legislação em vigor.

§3. Cada embarcação com motor fora de borda a dois tempos terá obrigatoriamente que utilizar óleo biodegradável.

§4. Em cada prova, o Júri, poderá fazer recolha de amostra de óleo para análise. As embarcações a controlar poderão ser determinadas de forma aleatória ou por sorteio.

§5. No decorrer de cada prova, cada embarcação terá de apresentar bem visível o seu número de identificação de concorrente.

§6. Todas as embarcações terão que estar disponíveis para serem vistoriadas pelo Júri ou delegados nomeados por este, antes da sua colocação na água e no início de cada prova **devendo para tal apresentar os viveiros vazios**. Terminada a vistoria, mais nenhum material poderá entrar no barco sem a presença do Júri ou delegado que efetuou a vistoria. O Júri poderá optar por vistoriar todas ou só algumas das embarcações de forma aleatória ou por sorteio.

§7. Cada embarcação deverá ser possuidora dos meios de sobrevivência dos exemplares capturados, pois é da responsabilidade dos concorrentes manter os peixes capturados em boas condições de sobrevivência.

§8. Cada embarcação só poderá ser conduzida por um dos elementos da equipa com documento válido e suficiente para a condução da mesma.

§9. Cada embarcação apenas poderá entrar ou sair da água, no dia da prova, no local estipulado pela organização.

ARTº 11 – ISCOS

§1. É obrigatório o uso de iscos artificiais.

§2. É interdita a utilização de qualquer isco natural.

§3. É interdito o uso de plumas artificiais montadas com linhas em “cauda de rato”.

ARTº 12 - CONTROLADORES

§1. A presença de controladores oficiais é desejável, mas não obrigatória.

§2. Nenhuma dupla se pode recusar a levar qualquer controlador designado pelo Júri.

Único) O controlador pode constituir-se na figura de um operador de imagem ou colocação de uma micro camara.

§3. A distribuição dos controladores pelas embarcações é da responsabilidade do Júri.

§4. Os controladores são os garantes do cumprimento do regulamento por parte dos seus controlados, devendo reportar ao Júri, por escrito, eventuais infrações cometidas.

§5. O controlador não pode tecer qualquer comentário sobre os seus controlados, ou sobre técnicas e/ou táticas a utilizar.

§6. O controlador deve posicionar-se na embarcação de modo a não prejudicarem a ação da dupla.

§7. É obrigatório o uso de colete salva-vidas por parte dos controladores, sendo responsabilidade da organização o seu fornecimento.

ARTº 13 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. A atuação de um pescador em competição, rege-se pelo estreito cumprimento das normas da pesca de competição sob a égide da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, constantes neste regulamento, no regulamento administrativo para a competição, no mapa regulador indicado no ARTº 1 e noutros aplicáveis.

§2. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhes são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações.

§3. Os pescadores devem prestar ao Júri, as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§4. Em cada prova haverá três toques, sendo que deverão ter uma duração breve e o seu início marca a sua efetividade:

- 1º 45 minutos antes do início da prova, que dá início ao sorteio;
- 2º À hora de início, que permite a saída das embarcações nos termos do ponto §5. do ARTº 9;
- 3º À hora do fim da prova, que indica que terminou o período de entrada das embarcações na zona de controlo.

§5. É proibido qualquer tipo de ajuda que ultrapasse o transporte de material até à embarcação que já esteja dentro de água. Excluem-se desta proibição casos de emergência, acidente e/ou doença súbita;

§6. O número máximo e mínimo de pessoas no barco é de duas, exceto quando a organização entender colocar um controlador na embarcação.

§7. A velocidade do barco entre o cais de partida e a boia ou objeto de sinalização dever ser reduzida, quer na saída quer na chegada das embarcações.

§8. Os pescadores podem ter várias canas montadas, mas apenas uma em ação de pesca.

§9. Só serão permitidas abordagens a um membro do Júri que se desloque à embarcação para controlar a mesma, bem como a ação da dupla.

§10. Não é permitido aos concorrentes deslocarem-se a terra. Excetuam-se casos de força maior, quando a mesmas ocorram:

- a) Na presença e com autorização de outra equipa concorrente, sem afinidades clubistas ou familiares;
- b) Na presença e com autorização de um dos membros do Júri.

§11. Sempre que o motor de explosão esteja ligado, é obrigatório o uso de coletes salva-vidas pelos dois elementos da dupla e do dispositivo corta-corrente, se este estiver instalado.

§12. A captura de um peixe com o anzol acidentalmente cravado noutro local que não a boca, é considerada válida.

§13. A captura de um peixe com o anzol ostensivamente cravado noutro local que não a boca, é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§14. O uso da rede de captura é permitido, embora facultativo.

§15. O número de máximo de exemplares, que cada equipa pode reter em simultâneo, é de cinco peixes. A captura de um sexto exemplar implica a imediata libertação deste ou de um dos exemplares retidos.

§16. Se o Júri suspeitar ou se lhe for denunciado, que esta a ser infringido o articulado neste regulamento, deve imediatamente controlar o pescador em causa, não necessitando de esperar pelo fim da prova. Está vedado ao pescador a ser controlado, alterar a composição da linha sobre a qual recaiam as suspeitas, antes de efetuado o controlo (cortar a linha, destruir a linha, etc.). Mesmo sem existir qualquer suspeita, o Júri pode de uma forma aleatória controlar as embarcações utilizados pelos pescadores bem como a sua ação.

Único) O Júri pode a qualquer momento abordar qualquer embarcação e exercer a sua ação fiscalizadora no interior da mesma.

§17. Salvo em caso de qualquer emergência ou razão não imputável aos pescadores da dupla, no espaço de tempo compreendido entre as horas estipuladas no mapa regulador do campeonato previsto no Artº 1, como sendo a de concentração e de uma hora e meia após a hora de término, é terminantemente proibida a entrada do pescador dentro de água, seja a título de pescar, recuperar equipamento, festejos, ou qualquer outra razão.

§18. No fim da competição o pescador ao abandonar o local da prova, tem obrigatoriamente que transportar consigo todo o lixo que tenha produzido.

§19. No final de cada prova a embarcação deve apresentar obrigatoriamente os viveiros sem água.

ARTº 14 – PESAGEM

§1. À hora de término da prova, todas as embarcações terão que se encontrar na zona de pesagem, cumprindo o horário estabelecido. Equipa que chegue depois da hora será desclassificada nessa prova.

§2. À hora estipulada pela organização para o início da pesagem, os pescadores deverão dirigir-se ao local da mesma transportando os peixes dentro de um saco com água e a ficha de pesagem correspondente a essa prova e que será obrigatoriamente entregue ao júri de pesagem.

§3. O ato de pesagem dos exemplares válidos capturados, tem obrigatoriamente que ser efetuado pelo Júri. Um dos elementos procederá à receção e verificação do estado dos peixes, o outro à pesagem e o outro tomará nota dos pesos nas respetivas fichas de pesagem.

§4. A ficha de pesagem, tem obrigatoriamente que ter duas vias, em papel com propriedades copiativas, em que o duplicado, seja cópia fiel e integral de tudo o que seja aposto no original. Depois de efetuados todos os procedimentos de cada pesagem, o responsável pela anotação dos pesos nas respetivas fichas de pesagem, guardará para si o original e entregará o duplicado ao pescador.

§5. A pesagem será efetuada utilizando balanças com uma gradação não superior a cinco gramas.

§6. Os arredondamentos serão sempre efetuados para a fração superior.

§7. Todos os pescadores têm que se apresentar à equipa de pesagem, e entregar a totalidade dos exemplares válidos capturados, não se podendo recusar a tal. Dupla que por motivo de força maior necessite de se ausentar antes do término da competição, terá que informar o Júri, que pode ou não aceitar a justificação.

§8. A equipa deve preservar todos os seus exemplares, apresentando-os na mesa de pesagem na sua vez, dentro do saco fornecido ou autorizado pela organização, a fim de os mesmos serem medidos e avaliados quanto ao seu estado, procedendo-se depois à sua pesagem.

§9. Todos os exemplares devem ser, cautelosamente, manuseados de forma a mantê-los vivos, para que sejam devolvidos à água em bom estado.

§10. A apresentação à pesagem de exemplar morto, implica a desclassificação do mesmo.

§11. A apresentação à pesagem de exemplar com medida abaixo da mínima estipulada para a prova, implica a desclassificação do mesmo, sendo como penalização o seu peso descontado ao peso dos exemplares válidos capturados pela dupla.

Único) Somente a régua do Júri ou réguas fornecidas pela organização como oficiais para este campeonato, serão consideradas como válidas para efeito de aferição da medida mínima.

§12. Pelo menos um dos pescadores da dupla tem obrigatoriamente que assistir à medição e ao ato de pesagem para certificação do peso dos exemplares válidos capturados e assinar a respetiva ficha de pesagem, ato findo o qual, não haverá qualquer possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§13. Dupla que não tenha capturado nenhum exemplar válido, tem que apresentar a respetiva ficha de pesagem, onde deverá ser anotado “zero” ou “grade”, devendo em seguida um dos pescadores da dupla assiná-la, ato findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§14. Depois de pesados, os exemplares capturados, com vida, deverão ser colocados numa piscina com boas condições de conservação dos mesmos.

§15. Todos os exemplares capturados são propriedade da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, cabendo à organização proceder à sua libertação em bom estado de conservação.

§16. Às medições, pesagens e anotações dos pesos dos exemplares válidos capturados, poderão assistir um dos elementos das duplas adversárias, que deverão colocar de uma forma cordata as suas dúvidas ao Júri. Após a

conclusão do ato de pesagem dos exemplares válidos capturados de cada dupla, com a respetiva introdução dos mesmos na “piscina”, não haverá qualquer possibilidade de reclamação sobre esse ato.

ARTº 15 – CLASSIFICAÇÃO

§1. A classificação faz-se pelo maior peso de exemplares válidos capturados, sendo atribuído um ponto ao primeiro classificado, dois pontos ao segundo classificado e assim sucessivamente.

§2. Em caso de igualdade de peso, os pescadores considerados marcarão um número de pontos equivalente à média dos lugares que iriam ocupar.

EXEMPLO:

Dupla A	1,800	8º lugar
Dupla B	1,800	9º lugar
Dupla C	1,800	10º lugar
Total -27 pontos		

27 pontos a dividir por 3 duplas = 9 pontos

Portanto neste exemplo, a cada uma destas três duplas seriam atribuídos nove pontos.

§3. Às duplas sem exemplares válidos capturados (grade) serão atribuídos, um número de pontos equivalente ao valor médio dos lugares não atribuídos.

EXEMPLO:

Numa prova com vinte e quatro duplas, doze delas fizeram capturas ocupando os doze primeiros lugares, as restantes, décima terceira a vigésima quarta não efetuaram qualquer captura válida, então teremos:

$$\frac{13+24}{2} = 18,5$$

Portanto neste exemplo, a cada dupla que não fez capturas, seriam atribuídos 18,5 pontos.

§4. Ao pescador que falte a uma prova será atribuída uma pontuação igual ao número de pescadores presentes na maior zona até então, acrescido de uma unidade.

§5. A classificação final do Campeonato resultará do somatório das classificações obtidas na totalidade das provas, correspondendo o menor somatório à melhor classificação.

§6. Se no final do campeonato existirem pescadores com o mesmo número de pontos, o critério sequencial de desempate será:

1º Pela melhor classificação numa das provas e assim sucessivamente;

2º Pelo somatório do peso dos exemplares válidos capturados em todas as provas;

3º Pelo maior peso de exemplares válidos capturados em uma das provas e assim sucessivamente.

ARTº 16 – PENALIDADES

§1. Sempre que o Júri ou controlador observe uma infração ao regulamentado, deverá tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., avisar o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., deverá advertir lealmente o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os pescadores que tenham sido protestados, devem de imediato ser informados de tal facto pelo Júri, já que tal como todos os pescadores que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

§4. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da falta à prova, as duplas que:
Único) Tenham confirmado a sua presença nos termos do ponto §1. do ARTº 9, e esta não se venha a confirmar.

§5. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da prova, as duplas que:

- a) Violam o preceituado no ponto §4. do ARTº 6;
- b) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 10;
- c) Violam o preceituado no ponto §18. do ARTº 13.

§6. Incorrem na penalidade de desclassificação na prova as duplas que:

- a) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 3;
- b) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 5;
- c) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 6;
- d) Violam o preceituado nos quatro pontos do ARTº 7;
- e) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 9;
- f) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §3., §6., §7. e §8. do ARTº 10;
- g) Violam o preceituado nos três pontos do ARTº 11;
- h) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 12;
- i) Violam o preceituado nos pontos §3. §5., §6., §7., §8., §9., §10., §11., §13., §15., §16. e §17. do ARTº 13;
- j) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §7., §8., §9., §12. e §13. do ARTº 14;
- k) Todas as duplas que durante o campeonato sejam reincidentes na infração ao estipulado no ponto §5..

ARTº 17 – DIREITO DE DEFESA

§ÚNICO. Todas as penalidades constantes do ponto §6. do ARTº 17, só serão aplicadas após processo disciplinar com todos os meios de defesa garantidos, tendo os recursos a qualquer penalidade, efeito suspensivo.

ARTº 18 – DOPING

§ÚNICO. Todos os pescadores participantes neste Campeonato, estão sujeitos a controlo Anti-Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 19 – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ Único – Os casos omissos serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Água Doce, com base nas regras da FIPS-ed, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 20 – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA

Mapa Regulador do Campeonato Nacional de Pesca ao

Achigã de Embarcação – Água Doce – 2018

- As regras a fazer cumprir e a cumprir neste Campeonato são as do respetivo Regulamento Específico e do Regulamento Administrativo para a Competição.
- A inscrição para este Campeonato termina a: **16 de Fevereiro de 2018.**
- Pescador que se inscreva para competir em mais do que uma disciplina ficará sempre sujeito a poder ver datas de competição sobrepostas nesse ano ou em anos seguintes, sendo de sua responsabilidade optar pela disciplina a competir nas datas de sobreposição.
- Calendário da Prova:

Prova	Data	Local Competição	Local Concentração
1ª/2ª Prova	16 e 17 Junho	Barragem do Cabril	Álvaro Oleiros
3ª/4ª Prova	30 Junho e 01 Julho	Barragem do Alqueva	Paredão
5ª/6ª Prova	06 e 07 Outubro	Barragem de Santa Clara	Paredão

Nota: As datas que se encontram-se reservadas para eventuais alterações que venha a ser necessário efetuar.

- Horário:

Designação	Sábado (1ª/3ª/5ª)	Domingo (2ª/4ª/6ª)
Concentração e colocação dos barcos na água	07h00	06h30
Sorteio	08h15	07h15
Saída das embarcações (1º, 2º e 3º grupos)	09h00	08h00
Saída das embarcações (4º, 5º e 6º grupos)	09h15	08h15
Final da competição (1º, 2º e 3º grupos)	17h00	16h00
Final da competição (4º, 5º e 6º grupos)	17h15	16h15
Pesagem	17h20	16h20

- Espécies pontuáveis:

São válidos os exemplares de achigã (*micropterus salmoides*) com a medida de 27 (vinte sete) centímetros, sendo medidos da extremidade do focinho, com a boca fechada, à extremidade da cauda, fechada.

- Prémios e título:

No final do campeonato serão atribuídos prémios às três primeiras duplas classificadas.

À primeira dupla classificada será atribuído o título de Campeã Nacional de pesca ao Achigã de embarcação – Água Doce - 2018.

- Júri:

O Presidente do Júri será nomeado pelo Presidente do Conselho de Arbitragem da FPPD, não podendo participar nas competições que ajuíza.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA

DECLARAÇÃO

Campeonato Nacional de Achigã de Embarcação – Água Doce – 2018

(Terá que dar entrada na Associação Regional a que pertence o pescador, impreterivelmente até ao dia **09/02/2018**)

Eu, _____, pescador do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ declaro fazer dupla com o pescador _____, do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ e teremos com pescador suplente _____, do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ declaramos estar interessados em participar no **Campeonato Nacional de Achigã de Embarcação – 2018**, tendo conhecimento e concordando com o Regulamento Especifico para este campeonato e com o Regulamento Administrativo para a Competição.

Contacto telefónico: _____ Email: _____

_____, ____/____/____

Os pescadores

A Associação

Valor da Inscrição: 110,00€

Atestados Médicos:

De acordo com a Lei em vigor (Nº 1 do Artº 40º da Lei nº 5/2007 de 16 Janeiro), todos os praticantes desportivos têm de ter o seu atestado médico válido até ao fim da época desportiva. Caso algum praticante se coloque em situação de incumprimento até ao final da época desportiva, os seus resultados entretanto obtidos não serão homologados (sem interferência nas classificações dos outros participantes). Antes de cada prova será conferido se algum pescador viu caducada a validade do seu atestado médico e se houver alguém que não o tenha em dia, caso ainda assim queira pescar, ficará a homologação do seu resultado condicionada a fazer prova no prazo de 48 horas em como já o tinha entregue antes do início da prova.

Autorizamos a divulgação de fotografias capturadas no Campeonato Nacional, por parte da F.P.P.D., no seu site e Facebook oficiais. Sim ☐ **Não:** ☐

Nota: Esta declaração com **todos os campos obrigatoriamente preenchidos e assinada**, terá que dar entrada na FPPD, enviada pela respetiva Associação Regional, impreterivelmente até ao dia **16/02/2018**.